

# JORNAL DO BRASIL

13 ABR 1998

Fundado em 1891

## CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO  
Presidente

WILSON FIGUEIREDO  
Vice-Presidente

MARCELO PONTES  
Editor

PAULO TOTTI  
Editor Executivo

## REDAÇÃO

MARCELO BERABA  
Editor Executivo

ORIVALDO PERIN  
Secretário de Redação

## SISTEMA JB

SÉRGIO REGO MONTEIRO  
Vice-Presidente

JORNAL DO BRASIL  
HENRIQUE CABAN  
Diretor Executivo

# Escolha de Sofia

**A**sociedade brasileira está diante de um impasse de proporções gigantescas: ou decide pelo saneamento radical das contas públicas ou caminhará para o caos econômico e social. O volume de dinheiro que entrou para os cofres federais no primeiro trimestre - R\$ 35,4 bilhões - é um recorde histórico. Nunca o país arrecadou tanto. Só a receita tributária chegou a R\$ 31,4 bilhões. É uma avalanche de dinheiro, mas apesar disso o Brasil, ao lado da Rússia, ostenta o maior déficit público em relação ao Produto Interno Bruto do planeta.

Antes de festejar o sucesso arrecadador, o país precisa perceber que esses números de proporções oceânicas configuram uma brutal transferência de renda do setor privado para o público. Indicam que quase toda a poupança nacional, que deveria estar sendo investida em novos empreendimentos, gerando empregos na agricultura, na indústria, no comércio ou nos serviços está sendo transferida, todos os meses, para o custeio da máquina do Estado. Consome-se no pagamento de juros, numa folha colossal de funcionários, no saneamento das finanças dos estados, no socorro aos bancos estaduais.

O mais grave dessa situação é que quanto mais imposto é arrecadado mais cresce o buraco nas contas. Ocorre com o Brasil o mesmo que acontece numa empresa que gasta tudo o que entra no caixa para pagar dívidas e sustentar a atividade meio. O dinheiro que deveria ser investido em matéria-prima e na atividade principal, a produtiva, é empregado no pagamento de pessoal, material de escritório e juros de dívidas com os bancos. Ou essa empresa corta despesas ou vai à falência.

- Só no mês passado a arrecadação tributária

chegou a R\$ 10,8 bilhões, o equivalente a 1,2% do PIB nacional. Somados aos R\$ 2,45 bilhões das concessões da banda B da telefonia, foram R\$ 13,9 bilhões que entraram no caixa do governo federal. Pior do que isso: 92% do dinheiro das privatizações estão sendo usados no pagamento de juros da dívida. Só que as privatizações terão um fim e a arrecadação tributária já está no limite do possível, enquanto as despesas públicas aumentam de ano para ano.

O Brasil não tem alternativa: ou reduz despesa pública ou experimentará em pouco tempo um desarranjo ainda maior da economia. Para se financiar terá de elevar ainda mais os juros, que já estão na estratosfera e frearão a níveis arriscados a atividade econômica. A consequência disso será agravamento do desemprego a níveis insuportáveis e risco de explosão social. É bom lembrar que essa transferência brutal da renda do setor privado para o público já reduziu drasticamente a atividade industrial. A produção da indústria cresceu modestos 0,9% entre janeiro e fevereiro e caiu 1,5% na comparação com fevereiro do ano passado. O crescimento acumulado no primeiro bimestre foi negativo em 2,7%.

É isso, essencialmente, que está posto diante da sociedade brasileira neste momento. É a grande questão a ser respondida pelas urnas nas eleições de outubro. Ou o eleitor escolhe como seus representantes políticos comprometidos com o enxugamento do Estado, ou os defensores do estado mastodôntrico que está inviabilizando o país. Ou vota em quem se comprometa com a austeridade e com os cortes necessários, ou na demagogia que acha que o Estado é a solução.